

### ***Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia***

Lucia Maria Paschoal Guimarães - UERJ

Em abril de 1931, a propósito da passagem do centenário da Abdicação de D. Pedro I, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) convocou o *Segundo Congresso de História Nacional*. O evento acadêmico privilegiou (...) o estudo da revolução de 7 de abril, dos acontecimentos que a precederam, ou que lhe seguiram; isto é, a ação liberal de que dela resultou e a ação conservadora, que, após a vitória do liberalismo, atenuou as conquistas realizadas<sup>1</sup>. A problemática proposta se assentava na noção de processo, apoiada no modelo interpretativo da periodização estabelecida por um documento de época: o ensaio político *Ação, reação e transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil*, redigido por um antigo sócio do Instituto Histórico, Justiniano José da Rocha. É bem verdade que tal encaminhamento não constituía uma novidade. Servira de fio condutor para Joaquim Nabuco, nos primeiros capítulos do livro *Um estadista do Império*. O Instituto Histórico avalizava, por assim dizer, a interpretação de Justiniano, previamente abonada por Nabuco.

Na década de 1950, a obra de Justiniano José da Rocha ganhou maior notoriedade, ainda, no âmbito da historiografia, a partir de duas reimpressões, respectivamente, na *Revista do IHGB* (1953) e no livro de Raymundo Magalhães Júnior, *Três panfletários do Segundo Reinado* (1956)<sup>2</sup>. Mereceu denso comentário de Sérgio Buarque de Holanda, que resenhou o livro de Magalhães Júnior para o *Correio Paulistano*. Por sinal, o próprio Sérgio, organizador da *História geral da civilização brasileira*, deu o título de *Reação e Transação* ao volume 3, do tomo II, daquela conhecida coleção<sup>3</sup>. Mais recentemente, em suas análises sobre a política imperial, dentre outros autores, Ilmar Rohlof de Mattos e Izabel Marson também se reportaram à contribuição de Justiniano<sup>4</sup>. Referência obrigatória

em monografias, dissertações e teses, o ensaio constitui um dos textos considerados clássicos para o estudo da nossa evolução política na primeira metade do século XIX<sup>5</sup>.

Justiniano José da Rocha nasceu em 8 de novembro de 1812 no Rio de Janeiro. Mestiço, sua origem até hoje levanta controvérsias. Há quem assegure que seria fruto da ligação de uma escrava com o capitão-mor José Joaquim Rocha, natural de Mariana, figura de destaque no movimento da Independência e membro da Assembléia Constituinte de 1823. Outros especialistas apontam-no como filho do casal José Caetano da Rocha e de D. Maria Luísa Muzzi. O certo é que Justiniano passou a juventude em Paris, cursou humanidades no Collège Henri IV e regressou ao Brasil no final da década de 1820. Formou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo, em 1833, e no ano seguinte apareceu no cenário político da Corte, pelas mãos de Evaristo da Veiga. Alinhado aos liberais moderados, pertenceu ao Conselho Diretor da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional<sup>6</sup>, e fundou o seu primeiro jornal - *O Atlante*, em 1835. Afastou-se do grupo de Evaristo e fez oposição ao regente Feijó, ao lado de Bernardo Pereira de Vasconcelos. Após o golpe da Maioridade, lançou no jornal *O Brasil* a tese de que “o rei reina e não governa”, mote que costuma ser atribuído ora a Nabuco de Araújo, ora a Zacarias de Góes. Porém, logo em seguida, mudou de opinião e arribou para o lado dos grandes chefes *saquaremas*, defensores da máxima “o rei reina, governa e administra”. Elegeu-se deputado geral pela província de Minas Gerais por três vezes (1843-1856). Exerceu a advocacia, desempenhou diversas funções públicas<sup>7</sup>, lecionou no Colégio de D. Pedro II e na Escola Militar. Autor de livros de história, de geografia e de direito, traduziu romances de autores franceses, a exemplo de Alexandre Dumas. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1862.

Considerado pelo Barão do Rio Branco o *primeiro jornalista de sua época*, distinguiu-se na defesa do ideário e das práticas políticas dos velhos chefes conservadores. Talentoso e culto, consta que redigia com extrema facilidade. Dono de argumentação rápida e

brilhante, travou formidáveis contendas, destacando-se o duelo que sustentou na imprensa com Francisco de Sales Torres-Homem<sup>8</sup>. A historiografia, por sinal, costuma explorar bastante essa disputa, sem atentar para o fato de que ambos escreveram peças de ocasião, frutos de contextos políticos e ideológicos específicos.

O texto político deve ser abordado em relação ao contexto em que foi produzido - social, intelectual e político, tal como indica Quentin Skinner. Portanto, antes de tudo, é preciso se atentar para a intenção de quem o redige e percebê-la como um “ato lingüístico”, em que o autor usa linguagem própria e refere-se a uma questão muito específica da época em que escreve. Ora, o panfleto *Ação, Reação e Transação: duas palavras acerca da atualidade* aborda um problema bem definido e claramente datado: a política da *Conciliação*, posta em prática pelo 12º gabinete imperial, chefiado por Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro marquês de Paraná. A publicação surgiu no Rio de Janeiro, anunciada no *Jornal do Comércio*, na edição de 12 de junho de 1855<sup>9</sup>. Portanto, três semanas após o estrepitoso rompimento de Justiniano José da Rocha com Honório Hermeto, seu antigo protetor e aliado.

Na melhor tradição da nossa retórica, o jornalista abriu o ensaio escorando-se na autoridade de um estrangeiro<sup>10</sup>. Inspirado em Hegel, defendia a tese de que: (...) *Na luta eterna da autoridade com a liberdade há períodos de ação; períodos de reação, por fim, períodos de transação em que se realiza o progresso do espírito humano, e se firma a conquista da civilização*<sup>11</sup>. O esquema dialético serve modelo para uma confusa, porém elaborada retrospectiva histórica do processo de consolidação do Estado imperial, dividido em três ciclos sucessivos. O primeiro, a *Ação*, compreendia o espaço de tempo limitado entre 1822 e 1836: *inexperiência e a luta dos elementos monárquico e democrático*, sucedido pelo *triunfo democrático incontestado* do período. O segundo, a *Reação*, estendia-se de 1836 a 1852: distinguia-se pela (...) *luta de reação monárquica, acabando pela maioria*, que abrisse caminho para o *domínio do princípio monárquico*. A

síntese dos dois ciclos antagônicos completava-se em um terceiro momento, o da *Transação: (...) de 1852 até hoje, época marcada pelo arrefecimento das paixões, quietação no presente, ansiedade do futuro*<sup>12</sup>.

Não se pretende aqui examinar essa sucessão de ciclos, alvo da crítica de Ilmar Rohloff de Mattos<sup>13</sup>. Nem questionar a *falsa dialética*, tal como fez Maria de Lourdes Janotti<sup>14</sup>. Até porque, o publicista serviu-se com propriedade de outros conceitos hegelianos. Como se sabe, o filósofo alemão concebeu uma tipologia da escrita da história: *original, reflexiva e filosófica*. A *história reflexiva*, que no ensaio se traduz pela expressão *estudo refletido da história*, compreende a *história pragmática*, dentre outras categorias. Segundo Hegel, (...) *As reflexões pragmáticas, não importa o quão abstratas forem, pertencem realmente ao presente, e as histórias do passado são reanimadas para a vida atual*<sup>15</sup>. Por essa linha de raciocínio, aquela periodização apresentada obedecia a um fim determinado: aplainava o terreno para o autor se debruçar sobre uma questão contemporânea. Porém, ao se alongar na descrição do passado recente, Justiniano preparou uma armadilha para os seus leitores: escamoteou foco central do texto – a política da Conciliação. Aparentemente, estaria responder aos adversários de Honório Hermeto. Contudo, fica evidente que a crítica se dirigia ao próprio Honório: (...) *Chegamos à fase da transação; (...) compreenderam os estadistas chamados pela Coroa à direção dos negócios públicos; como porém lhe satisfizeram? (...) A uma necessidade política, a uma satisfação moral no triunfo das idéias, substituíram uma satisfação de interesse no aviltamento dos indivíduos, e a isso chamaram de conciliação* (o grifo é nosso)<sup>16</sup>.

Para Justiniano, a palavra *Transação* significava a busca do entendimento entre os partidos políticos no campo das idéias. Mas, na prática, o governo procurava cooptar adversários, ao invés de pactuar princípios. A censura, porém, não se limitava às nomeações de recém *conciliados*, pois o publicista apresenta um balanço desfavorável da gestão do ministério, cobrando-lhe uma atuação mais eficaz, no programa de reformas

*(...) Os dias de transação vão passando, e não têm sido utilizados; (...) ainda é tempo todavia; os anos de 1855 e 1856 ainda podem ser aproveitados; aproveitemo-los*<sup>17</sup>.

Para alguns estudiosos, Justiniano estaria defendendo o marquês de Paraná. Externava apenas o descontentamento das alas tradicionais do partido Conservador com a convocação de liberais para ocupar postos nos altos escalões no governo, a exemplo de Salles-Torres Homem, recém *conciliado*, nomeado diretor do Tesouro Nacional<sup>18</sup>. Já os historiadores Hélio Viana e Roderick Barman sustentam opinião contrária: o objetivo do panfleto, ainda que não tenha sido atingido, visava enfraquecer Paraná<sup>19</sup>. O brazilianista Barman vai mais além, levantando a hipótese de que a publicação pretendia explicar o intempestivo rompimento de Justiniano com Honório Hermeto, seu antigo protetor.

De fato, Justiniano José da Rocha fez um pronunciamento virulento contra Honório na Câmara dos Deputados, na sessão de 19 de maio de 1855, concluindo que a soma que concentrava o tornava *despótico, desdenhoso, inabordável*<sup>20</sup>. Não vem ao caso no momento analisar o ríspido diálogo que se seguiu ao discurso, travado entre o jornalista e o ministro, registrado nos *Anais Parlamentares*. Por ora, basta dizer que no bate-rebate, acusado de corrupção por Honório <sup>21</sup>, Justiniano passou à defensiva e confessou na tribuna da Câmara que sempre colocou os jornais de sua propriedade a serviço das lideranças conservadoras. Alegou que o fazia por convicções políticas, apesar de admitir que recebia quantias em dinheiro em troca do apoio. Depois de se auto-incriminar, denunciou seus corruptores, *os ministros que dissipavam os dinheiros públicos* patrocinando jornalistas que os favoreciam<sup>22</sup>. Ao fim e ao cabo, anunciou sua passagem para o lado dos liberais: *(...) eu era jornalista ministerial. Hoje estou deputado da oposição*<sup>23</sup>. A julgar pelo desfecho da discussão, confirma-se a hipótese do historiador Roderick Barman. Com a edição do panfleto, o deputado conservador, estrategicamente, justificava a sua própria *Transação*. Ou seja, erguera a ponte que o havia conduzido para o lado dos adversários de Paraná. O que na verdade não se concretizou, porquanto se

sabe que até o final dos seus dias, Justiniano permaneceu ligado às velhas amizades saquaremas, os chamados *cardeais do Senado*.

Há, contudo, uma outra possibilidade de exploração do ensaio político, a partir da leitura da obra *Um estadista do Império*, de Joaquim Nabuco. Apesar de reconhecer o prestígio desfrutado por Honório Hermeto, o escritor não lhe poupa críticas<sup>24</sup>. No correr da pena, aqui e ali, dá pistas do desgaste das relações entre Honório e os demais membros do Gabinete, em especial Nabuco de Araújo. Desinteligências, aliás, aproveitadas pelo líder da oposição Ângelo Ferraz<sup>25</sup>. A propósito dos debates parlamentares sobre a *Lei dos Círculos*, o biógrafo de Nabuco de Araújo abre um longo parêntesis, para reproduzir o bate-boca entre Honório e Justiniano, bem como o *mea culpa* do jornalista. Assinala que Ferraz *acudiu em defesa do seu novo soldado*, dando a entender que ele já se havia passado para o lado dos liberais. Mas, curiosamente, não escreve uma linha sobre o folheto *Ação, reação e transação*, lançado dias depois do incidente. Ao invés disso, faz uma longa digressão sobre as relações promíscuas da imprensa com o poder e informa que coube ao titular da Justiça rebater as diatribes do deputado em nome do gabinete. Na defesa, todavia, o ministro não tratou daquela questão espinhosa, preferindo fazer a apologia da *Conciliação*, apoiado nos mesmos argumentos do ensaio de Justiniano<sup>26</sup>.

A omissão de Joaquim Nabuco surpreende. Porque silenciou sobre a publicação, quando aborda o contexto político em que ele se inseria? A par disso, o tratamento que lhe dispensa é ambíguo. No início do livro, cita-a sucessivas vezes e recomenda: (...) *ler cada palavra desse opúsculo*<sup>27</sup>. Porém, desqualifica o seu autor, quando enfatiza a confissão patética de Justiniano, acrescida do comentário sobre a prática ministerial de subsidiar jornalistas. No fundo, com elegância, Nabuco deixa no ar uma suspeita: se o redator d'O *Brasil* costumava alugar sua pena, quem garante que seria responsável pela concepção das idéias que divulgava? De qualquer modo, Joaquim Nabuco ainda se reporta uma última vez à fórmula *Ação, reação e transação* e ao nome de Justiniano, no capítulo

dedicado ao gabinete do marquês de São Vicente, a propósito de numa reflexão de Nabuco de Araújo: (...) *O ministério de 29 de setembro não agradou nem a gregos nem a troianos, e a razão é de intuição – a época não é mais de conciliação, mas de ação e reação.* A essas palavras o filho do senador agregou a seguinte observação: *Ação, reação e transação, a fórmula de Justiniano José da Rocha, senão do próprio Nabuco, tem para ele a certeza, a força de uma lei política necessária, como para o positivista a lei dos três estados. ... (o grifo é nosso)*<sup>28</sup>. Este comentário sugere alguns questionamentos: Joaquim Nabuco exacerbou-se na sua conhecida dedicação filial, quando outorgou ao pai a fórmula que originalmente atribuíra a Justiniano? Ou, o biógrafo construiu sua narrativa de maneira estratégica, com o intuito de revelar quem estaria por detrás do panfleto *Ação, reação e transação*? Por outro lado, apesar de *jornalista de ministério*, é incontestável o talento de Justiniano José da Rocha. Competência e erudição não lhe faltavam para desenvolver a inteligente síntese. Mas, o que teria motivado o fiel escudeiro e porta-voz dos conservadores entrar em rota de colisão com o todo poderoso marquês de Paraná? Sofreu uma crise de consciência passageira e ameaçou aposentar a pena de aluguel?

Seja como for, não se pretende aqui minimizar a importância política do panfleto. Mais do que discutir a autoria da fórmula *Ação, reação e transação*, parece-nos problemático que a historiografia, sem a devida crítica, continue tomando a argumentação de um texto de circunstância como um dos modelos interpretativos da nossa evolução política.

---

<sup>1</sup> Cf. IHGB, *Anais do Segundo Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: IHGB/Imprensa Nacional, 1934, v.1, p.19-20.

<sup>2</sup> Cf. Justiniano José da Rocha, "Ação, reação e transação". *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 219: 206-238, 1953. \_\_\_\_\_, "Ação, reação e transação: duas palavras acerca da atualidade". In: R. Magalhães Júnior, *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 161-216. (Coleção Brasileira, volume 286) Neste trabalho utilizamos a versão publicada por R. Magalhães Júnior.

<sup>3</sup> Cf. Sérgio Buarque de Holanda, "Dois panfletos e um ensaio do Segundo Reinado". *Correio Paulistano*, 29 de abril de 1956. Ver, também, \_\_\_\_\_ (org.), *História geral da civilização brasileira*, tomo II, O Brasil monárquico, v.3. *Reação e Transação*. 1ª edição. São Paulo: DIFEL, 1967.

<sup>4</sup> Cf. Ilmar Rohloff de Mattos, *O tempo saquarema*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1987, p. 134-136. Cf. Izabel Andrade Marson, "O império da revolução: matrizes interpretativas dos conflitos da sociedade

monárquica". In: Marcos Cezar de Freitas (org.), *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p.73.

<sup>5</sup> A noção de clássico aqui utilizada apóia-se em Quentin Skinner, "A liberdade e o historiador". In: \_\_\_\_\_, *Liberdade antes do liberalismo*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1999 (UNESP/Cambridge), p. 86-87.

<sup>6</sup> Ver, Lucia Maria P. Guimarães, *Em nome da ordem e da moderação: a Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990, p.267.

<sup>7</sup> Foi diretor do Correio Oficial, membro do Conselho de Instrução Pública da Corte, censor do Conservatório de Arte Dramática

<sup>8</sup> Sobre a polêmica, ver R. Magalhães Júnior, op. cit., p. 138-140.

<sup>9</sup> Cf. *Jornal do Comércio*, 12 de junho de 1855, p. 3.

<sup>10</sup> Ver, José Murilo de Carvalho, "História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura". *Topoi*, Rio de Janeiro, nº 1, 2000, p. 127-130.

<sup>11</sup> J.J. da Rocha, op. cit., p. 163. O nome de Hegel não aparece citado no texto. Contudo, percebe-se que as etapas definidas se apoiavam no sistema filosófico construído por Hegel para explicar aos jovens prussianos a evolução das realidades sociais e políticas. Ver, G. W. F. Hegel, *A Razão na história*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo, 1990, p. 123-130.

<sup>12</sup> J.J. da Rocha, op. cit., p. 165.

<sup>13</sup> Ver a esse respeito, Ilmar Rohloff de Mattos, op. cit., p. 134.

<sup>14</sup> Cf. Maria de Lourdes Monaco Janotti, "A falsa dialética: Justiniano José da Rocha". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 2(3): 3-17, 1986.

<sup>15</sup> Hegel, "Os três métodos de escrever a história". In: \_\_\_\_\_, *A razão na história*. Op. cit., p.49-50.

<sup>16</sup> J. J. da Rocha, op. cit., p. 164-165.

<sup>17</sup> Idem. Sobre o programa as reformas, ver, Max Fleiüss, *História administrativa do Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Melhoramentos, 1925, p.266-267.

<sup>18</sup> Raymundo Magalhães Júnior, *Três panfletários do Segundo Reinado*, op. cit., p. 146. Da mesma opinião partilha Francisco Iglesias. Cf. \_\_\_\_\_, "Vidas políticas". In: Sérgio Buarque de Holanda (org.), *História geral da civilização brasileira*, op. cit., p.46.

<sup>19</sup> Cf. Hélio Vianna, "Justiniano José da Rocha". *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 243 (abril-junho de 1959). Ver, também, Roderick Barman, Roderick Barman, "Justiniano José da Rocha e a época da Conciliação. Como se escreveu *Ação, reação e transação*". *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 301, (outubro-dezembro de 1973), p. 3-32.

<sup>20</sup> J.J. da Rocha, "Discurso proferido na sessão de 21 de maio de 1855". Brasil, *Anais da Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro, Imprensa nacional, v. 3, 1855, p. 43-49.

<sup>21</sup> H. H. Carneiro Leão, "Discurso proferido na 24 de maio de 1855". Idem, op, cit., p. 63.

<sup>22</sup> J.J. da Rocha, "Discurso proferido na 26 de maio de 1855". Idem, p. 133-136

<sup>23</sup> Idem, ibidem.

<sup>24</sup> Joaquim Nabuco, *Um estadista do Império*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, v.1, p. 163-165.

<sup>25</sup> Idem, p. 186-187.

<sup>26</sup> Idem, p. 200-205.

<sup>27</sup> Idem, p.65.

<sup>28</sup> Idem, v.2, p. 814.